

## EM TORNO DE RIO BRANCO/RORAIMA

Odilon Nogueira de MATOS

Foram poucos, em nosso País, os casos de desmembramento de Estados para a formação de novas unidades federadas. Durante cem anos, apenas dois ocorreram, com a criação das províncias do Amazonas, desmembrada do Pará, e do Paraná, desmembrado de São Paulo, ambos em meados do século passado.

Foram freqüentes, entretanto, os projetos visando a uma redivisão territorial do Brasil, elaborados alguns ainda no século XIX, mas a maior parte já neste século, especialmente depois de 1930. Alguns deles, sem dúvida, bem fundamentados e dignos de consideração; outros, destituídos de qualquer critério quer de ordem econômica, geográfica ou social.

É importante considerar que o ponto central de quase todos esses projetos era evitar a desproporção realmente absurda de haver estados das dimensões do Amazonas, Pará, Mato Grosso ou Minas Gerais, ao lado de um Sergipe, que mal se enxerga no mapa, tão pequeno ele é. Lembremos que o Amazonas, que ainda é o mais vasto de todos os Estados, chegou a ter, antes da criação de Roraima, mais de um milhão e oitocentos mil quilômetros quadrados, maior que qualquer país da Europa fora, naturalmente, a Rússia. Considerou-se como superfície média ideal a faixa dos duzentos mil quilômetros quadrados, ou seja, para exemplificar, a superfície de Estados como São Paulo, Paraná ou Rio Grande do Sul. Contudo, tais projetos nunca mereceram a menor consideração por parte do governo federal e valem hoje, poder-se-à dizer, como simples curiosidade.

Cumpra observar, por outro lado, que foram numerosos os casos de reivindicações emancipacionistas em várias regiões do Brasil. Minas Gerais foi o Estado onde elas mais freqüentemente ocorreram, desde o século passado, com os projetos de criação das províncias do Sapucaí (defendida ardentemente pelo ilustre homem público paulista Joaquim Floriano de Godoy), da província do Sul de Minas (liderado pela cidade de Campanha)

e da província do Vale do São Francisco; e, neste século, movimentos semelhantes na Zona da Mata, no vale do Mucuri, no vale do Jequetinhonha e, notadamente - o mais sério de todos - no Triângulo Mineiro. O grande argumento desses emancipacionistas decorria das condições de isolamento em que tais regiões viviam com relação à capital do Estado, numa ausência total de comunicações, tornando-as completamente desamparadas do governo estadual. Tanto que, com o desenvolvimento da rede de comunicações rodoviárias a partir de 1960, tais movimentos praticamente esvaziaram-se e quase nem mais se fala neles.

Mas, embora tenham dado em nada, tais movimentos merecem um estudo, revestindo-se muitos deles de aspectos interessantes que não podem passar despercebidos dos estudiosos de nossos problemas. Citemos apenas um caso, bastante curioso e que nos foi relevado por uma recente leitura do grande livro de Richard F. Burton, que, na década de 60 do século passado, desceu todo o rio São Francisco, único, dos muitos viajantes estrangeiros que nos visitaram, a realizar tal proeza. Burton encontrou enorme entusiasmo nas pequenas cidades do médio São Francisco pela criação de uma nova província, cuja capital, caso ocorresse a criação, era disputada por duas cidades: Januária, em Minas Gerais e Juazeiro, na Bahia, justamente as cidades extremas da projetada província. Burton, que acreditava no futuro do São Francisco, aplaudiu a idéia, sugeriu mesmo alguma coisa a ser feita e anteviu o grande rio sulcado por navios, chatas e barcaças, à moda do Reno ou do Danúbio, e lindas e progressistas cidades às suas margens. Imaginemos se essa província efetivamente tivesse sido criada. com a decadência e a degeneração do "velho Chico", seria ela uma das regiões mais pobres do mundo, algo como uma Biafra brasileira...

Insensível o governo tanto às reivindicações como aos projetos de uma redivisão territorial do Brasil, tivemos que esperar até a Segunda Guerra Mundial, precisamente em 1943, para termos as primeiras modificações no mapa do Brasil neste século. Resultaram elas da criação de cinco territórios - Iguaçu, Ponta Porã, Guaporé, Rio Branco e Amapá -, com áreas tiradas de Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, Amazonas e Pará. Iguaçu e Ponta Porã tiveram vida efêmera, pois foram extintos pela Constituição de 1946. Os outros três foram mantidos. Guaporé teve seu nome alterado para Rondônia, numa justa homenagem ao Marechal Rondon, pois ele se insere precisamente na área percorrida pelo grande sertanista nas suas famosas expedições aos sertões do Brasil no início deste século. Rio Branco, sem nenhuma razão aparente, passou a denominar-se Roraima.

Para a criação desses territórios foram invocadas razões de ordem estratégica em face da Segunda Guerra Mundial. Curiosa estratégia! A guerra desenrolava-se na Europa e no Pacífico e nós tivemos que armar pontos estratégicos com os países da América do Sul, que nada tiveram com o conflito! E no entanto, teria sido tão fácil ao governo federal invocar razões de ordem geográfica, econômica, social e até política para a criação de tais territórios sem necessidade de apelar para o artifício das necessidades estratégicas, que nunca prevaleceram na evolução dessas regiões. Hoje, como é sabido, nenhum deles mais existe como território. Foram todos promovidos a Estados. Primeiro, Rondônia, e mais recentemente, pela atual Constituição, Roraima e Amapá, ao mesmo tempo que se extinguiu o território insular de Fernando de Noronha. E com a divisão de Mato Grosso em dois estados e mais a criação do Estado de Tocantins, encerra-se, por ora, a crônica dos desmembramentos de Estados ocorridos no Brasil para a criação de novas unidades de Federação. Eis como surgiu Roraima, objeto precípuo deste comentário.

Inserido no complexo da Amazônia, a **Hiléia** de Humboldt, uma apreciação sobre o atual Estado de Roraima não poderá ser dissociada do conjunto mais vasto em que ele se insere. Seu povoamento remonta aos fins do século XVII, de maneira totalmente assistemática, sendo difícil estabelecer uma conseqüência de marcos principais na ocupação do solo daquela extensa região. De quase cem anos mais tarde, portanto de fins do século XVIII, datam as primeiras informações mais concretas, em grande parte devidas aos demarcadores das fronteiras estabelecidas pelo Tratado de Madrid, de 1750, que definiu o princípio jurídico do "uti-possidetis". Embora este tratado tenha sido modificado e corrigido pelo de Santo Ildefonso 27 anos mais tarde, as alterações do novo instrumento diplomático referiam-se apenas ao sul do Brasil, nada tendo a ver, portanto, com as regiões setentrionais.

De Gama Lobo de Almada, geógrafo e fazendeiro português, são as mais antigas descrições que conhecemos da região. Sua **Descrição relativa ao Rio Branco e seu território**, elaborada em 1787, mas só publicada quase cem anos depois (1861), ainda pode ser lida com real proveito e interesse e representa um dos documentos mais preciosos daquela fase em que o próprio Estado português (ao contrário do que antes acontecia...) achava-se empenhado num melhor conhecimento do Brasil.

Foi muito lento, contudo, o seu povoamento. Originalmente vinculado apenas à indústria extrativa, ao tráfico das chamadas "drogas do sertão" e à escravização de índios que eram vendidos para as fazendas do Pará e do Maranhão, foi só mais tarde, com a criação do gado de forma mais

sistemática, que os chamados “Campos do Rio Branco” começaram a ser melhor aproveitados. Apenas em 1858 encontra-se na legislação amazonense (o Amazonas já então erigido em província separada do Pará), o mais antigo dispositivo referente à bacia do Rio Branco. Mas teremos que esperar ainda cerca de quarenta anos para que surgisse a primeira povoação, com seus lineamentos urbanos e a fazer jus à prerrogativa municipal: o município de **Boa Vista do Rio Branco**, originário de uma antiga freguesia aí fundada sob a invocação de Nossa Senhora do Carmo.

Todavia, durante muitos anos permaneceu a região quase despovoada, como pouco povoada continua até os nossos dias. Basta dizer que, com uma superfície quase igual à do Estado de São Paulo, Roraima conta apenas com oito municípios e apenas duas mercedoras desse nome: Boa Vista, escolhida para sede de governo quando da criação do território, e Cracaráí, um pouco mais ao sul. Sabia-se somente que aí se localizava extensa área de terras planas, com vegetação rasteira, adequada à criação de gado, mas sem maiores perspectivas para o seu desenvolvimento e comércio do que simplesmente alimentar o gado destinado a abastecer a capital do Amazonas.

A população indígena, muito numerosa nos primeiros tempos, foi aos poucos se misturando. As diversas tribos procediam basicamente de dois troncos, o **aruaque** e o **caribe**. Havia lendas, entre elas a do Lago Dourado (uma constante na mitologia indígena brasileira), verdadeiro império do ouro, que tanto fascinou ao inglês Walter Raleigh, que, entretanto, não chegou a visitar a região. Ainda à procura desse “Lago Dourado” ocorre a exploração do holandês Nicolau Harstman, que alcançou o Rio Branco procedente da Venezuela. Uma aliança dos índios com os holandeses constituiu séria ameaça à soberania portuguesa; daí, as providências não só no sentido de fortificar a região, mas de conhecê-la melhor, sob os aspectos geográficos e econômicos.

Nesse contextos insere-se a **Descrição** de Almada, a que já fizemos referência. É certo que os problemas de fronteira continuaram devido à quase impossibilidade de demarcação, pelo pouco ou mesmo nenhum conhecimento da região e total ausência de comunicações com o restante do território amazônico. Eram mais fáceis as comunicações com a Venezuela ou com a Guiana do que com o próprio Brasil. Na realidade, foi só no início deste século (1904), com o arbitramento do rei Vitor Emanuel III, da Itália, que se solucionou de vez a velha questão com a então chamada Guiana Inglesa, hoje simplesmente Guiana.

A criação do território, em 1943, não foi suficiente para dar à região o desenvolvimento que dela se poderia esperar. A base pecuária de

Roraima é a pecuária de corte que se desenvolve nos campos naturais, principalmente a nordeste do território. As vendas de gado vivo, o comércio de couros de boi e de animais selvagens e a extração mineral estão mais voltados para os mercados da Venezuela e da Guiana, em virtude das dificuldades de comunicação com Manaus e outras cidades brasileiras. Aliás, nisso tem residido o maior problema para a região. A garimpagem de ouro e diamantes é feita ao Norte, nas áreas de fronteira, não havendo registros de produção, inclusive porque a maior parte é contrabandeada para os países vizinhos. É apreciável o rebanho tanto bovino como suíno. O extrativismo vegetal, especialmente da castanha-do-Pará, constitui outra atividade de relativa importância, da mesma forma que a extração da madeira e a agricultura de subsistência. Pouco expressivas são as indústrias locais. Apesar de se saber da existência de jazidas de cristal de rocha, bauxita, cobre, cassiterita e pedras preciosas, nenhum desses produtos aparece na produção de Roraima, o que vem demonstrar, mais uma vez, o grande isolamento em que vive a porção mais setentrional do nosso País.

De fato, é Roraima o Estado mais setentrional do Brasil. Em seu território localiza-se o monte Caburá, que constitui o ponto extremo norte do País. Fisiograficamente, podem ser consideradas algumas regiões geomorfológicas bem distintas: uma peneplanície sedimentar recoberta de campos naturais, alagados, em boa parte do ano, marcado, paisagisticamente, pelos buritizais, que acompanham o curso dos rios, e com altitudes que não alcançam duzentos metros; outra, que conduz à serra, na qual se localizam as maiores altitudes, alcançando 2870 metros no monte Roraima, durante muito tempo considerado o ponto culminante do Brasil. Sabe-se hoje que não é. O ponto culminante encontra-se no Pico da Neblina, com mais de três mil metros, no mesmo sistema Pacaraima, mas já em território amazonense. E uma terceira região, à leste, com os sempre citados "Campos do Rio Branco". Aliás, o Rio Branco é o acidente geográfico característico de Roraima, marcando sua paisagem em todos os sentidos. Atravessa praticamente todo o seu território, de nordeste a sudoeste, desaguando no rio Negro, depois de um curso de mais de 500 quilômetros. Tão característico é esse rio para a região, que seu nome foi escolhido para denominar o território quando de sua criação, em 1943. E **Rio Branco** chamou-se até 1962, quando, sem qualquer razão aparente, teve seu nome mudado para **Roraima**. Infeliz decisão. Roraima, realmente, é um importante acidente geográfico, mas não constitui traço característico do antigo território, hoje Estado, ao contrário do Rio Branco, nome que deveria ser mantido.